

EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO - EMPREGO EM DEBATE NA V SESSÃO PARLAMENTAR "ASSEMBLEIA NA ESCOLA"

Jovens "deputados" apresentam Recomendação à Assembleia da República

*Olinda Oliveira, professora coordenadora de Projectos e
Margarida Pires, repórter do Outra Presença*

No passado dia 2 de Maio, decorreu em Lisboa, no Palácio de S. Bento, a V Sessão Parlamentar "Assembleia na Escola", integrada no projecto "A Escola e a Assembleia", que contou com a participação de 47 escolas - entre as quais a Escola Secundária/3 Abade de Baçal, representante do círculo eleitoral de Bragança -, para discutir a questão "Educação/Formação - Emprego", tendo cada escola apresentado previamente um Projecto de Recomendação à Assembleia da República e duas perguntas dirigidas aos Deputados dos Grupos Parlamentares sobre o tema proposto, a convite da Assembleia da República, que divulgou a iniciativa na Internet - www.parlamento.pt, na rubrica "Parlamento dos Jovens" - e visava promover, entre os jovens que frequentam o ensino secundário, a reflexão e o debate "sobre as questões de integração das políticas de educação e formação, com vista à sua adequação às necessidades



Sessão Plenária

o debate de ideias, o interesse pela

sob orientação de seis Deputados em representação dos Grupos Parlamentares: Paula Barros (PS), João Almeida (CDS-PP), José Amaral Lopes (PSD), Miguel Tiago (PCP), Helena Bento (BE) e Francisco Madeira Lopes (PEV). Na 1.ª Comissão, da qual fez parte Bragança, foram moderadores os dois primeiros. No início dos trabalhos, foi feita a apresentação dos projectos de cada círculo, procedendo-se, em seguida, à sua votação na generalidade. O projecto que obteve maior número de votos foi o de Lisboa, servindo de base para o debate na especialidade que se seguiu, procurando os "deputados" dos outros círculos fazer aprovar alguns dos pontos dos seus projectos para fazerem parte do texto final que sairia desta Comissão. As propostas de alteração podiam ser de aditamento,

Pergunta dirigida aos Deputados dos Grupos Parlamentares

A falta de informação, a nível de saídas profissionais e do percurso de preparação para a entrada em cursos superiores e mesmo no mercado de trabalho, verifica-se em vários estabelecimentos de ensino do nosso país, constituindo, assim, um grave problema.

Devido a esta situação, muitos estudantes optam por agrupamentos que não correspondem à sua verdadeira vocação, provocando, assim, uma certa frustração, pela falta de realização pessoal dos mesmos, levando, muitas vezes, ao abandono escolar.

Por todos estes motivos, é necessário adoptar uma política que se dedique à elucidação dos estudantes.

Não seria, perante esta realidade, de apostar em gabinetes de apoio aos alunos, na busca da sua vocação? É certo que em algumas destes gabinetes já existem, mas, no geral, são uma realidade com inúmeras deficiências.

empresariais e do mercado de trabalho". Cerca de uma centena de jovens puderam "expressar as suas opiniões e expectativas, para que sejam conhecidas e consideradas nas decisões que dizem respeito ao seu futuro". Nesta sessão, foi seguida a metodologia da anterior, "procurando incentivar

participação cívica e a compreensão das regras de funcionamento do nosso Parlamento". Assim, os "deputados" propunham medidas para melhorar a qualidade do ensino, diminuir o abandono escolar e proporcionar mais oportunidades de formação, com vista

ao ingresso no mundo do trabalho.

No período da manhã, realizaram-se as reuniões das três Comissões pelas quais foram repartidos os "deputados" dos 17 círculos eleitorais presentes, sendo a primeira constituída por 31 "deputados", que discutiram os projectos dos círculos eleitorais de Braga, Bragança, Leiria, Lisboa e Madeira (não tendo participado o círculo de Viana do Castelo, ao contrário do que estava previsto), e as duas restantes por 33 "deputados" cada, estando em debate na segunda os projectos dos círculos de Faro, Portalegre, Porto, Santarém, Vila Real e Viseu, e na terceira os de Aveiro, Beja, Castelo Branco, Guarda, Setúbal e Açores. De cada uma das Comissões resultou um único projecto, com base no que obteve maior número de votos.

O debate na especialidade dos Projectos de Recomendação aprovados nos diversos círculos eleitorais foi efectuado

eliminação ou alteração de redacção. Nesta Comissão, foram apresentadas cinco, das quais quatro foram aceites. Todos os participantes se mostraram bastante descontraídos e seguros. Sabiam do que falavam e defendiam com "garra" as suas propostas, na maioria bastante coerentes.

Os acompanhantes dos "deputados" que participaram na reunião da 1.ª Comissão puderam seguir o desenvolvimento dos trabalhos através de ecrã gigante instalado na Sala do Senado. Houve um período de pausa para o um agradável almoço, oferecido pela Assembleia da República aos "deputados" e acompanhantes, nos claustros do Palácio de S. Bento, onde reinou a boa disposição, num ambiente agradável de convívio entre todos, havendo também trocas de elogios e felicitações por parte dos membros dos diferentes círculos.

CÍRCULO DE BRAGANÇA Projecto de Recomendação à Assembleia da República "Educação / Formação - Emprego"

Os deputados eleitos pelo círculo de Bragança recomendam à Assembleia da República a adopção das seguintes medidas:

1. Investir na criação de um núcleo direccionado para a orientação profissional em cada escola, que organize colóquios e outras acções de carácter informativo, de consulta obrigatória desde o 7.º ano de escolaridade.
2. Apostar no reajustamento dos horários e disciplinas leccionadas, uma vez que se verifica que, tanto os blocos de 90 minutos como a eliminação das disciplinas de carácter técnico, contribuem negativamente para a formação dos alunos, pela instabilidade que criam.
3. Promover uma aproximação entre as matérias leccionadas e a realidade do mundo laboral, de forma a proporcionar aos jovens uma maior preparação para as exigências profissionais.
4. Promulgar leis que obriguem as entidades empregadoras dos vários sectores de actividade a admitir apenas trabalhadores com formação apropriada, estabelecendo, para isso, protocolos de cooperação com as fontes de instrução.
5. Investir em políticas de desmistificação sobre a inferioridade dos cursos tecnológicos, uma vez que estes podem ser a solução para a inversão do quadro negativo de superlotação laboral nos campos tradicionais.

(Aprovado na Reunião Preparatória realizada a 5 de Abril de 2005).



Reunião da primeira comissão

De ouvido à escuta...

Estes novos deputados são jovens, mas oportunos e críticos. Eis algumas das observações que foram sussurradas no plenário:

“Lá está outro a fugir à pergunta... Isto começa a tornar-se um hábito...”

“ Esta recomendação dos telemóveis desligados não foi para todos os presentes?!!”

“ Esta «mesa» parece-me um pouco tendenciosa... então esta proposta é recusada porque parte das medidas já se encontra no documento e a anterior foi aceite mesmo contendo pontos contemplados no projecto?”

“ Isto pode ser uma simulação, mas há que haver seriedade e responsabilidade”

“ Estão sempre a cortar-nos o pio... logo agora que eu ia dizer o mais importante. Por que é que não nos deixam falar?”

“Já tenho saudades da boa disposição do almoço...”

“ Isto de terminar com “A Portuguesa” é um final em beleza”

Foi depois proporcionada aos interessados uma visita guiada à Sala das Sessões da Assembleia da República, Salão Nobre e Biblioteca, seguindo-se, pelas 14H30, a abertura solene da Sessão, presidida pelo Presidente da Sessão do ano anterior, com a presença do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Professor Jorge Pedreira e do Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, Deputado António José Seguro.

No Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), foram apresentadas as perguntas sobre o tema aos Deputados em representação dos Grupos Parlamentares e, no Período da Ordem do Dia (POD), procedeu-se à discussão e votação final global de uma Recomendação à Assembleia da República. O Projecto de Recomendação aprovado na segunda Comissão foi o que obteve maior número de votos, servindo, por isso, de base ao debate.

O projecto desenvolveu-se em quatro fases, ao longo do ano lectivo, de acordo com um calendário que deveria ser rigorosamente respeitado, compreendendo a primeira a inscrição das escolas, uma reunião na Assembleia da República para informação dos professores responsáveis (a 5 de Novembro), a discussão do tema nas escolas e a apresentação de trabalhos (até 17 de Dezembro): um Projecto de Recomendação à Assembleia da República, resultante da reflexão efectuada,

e duas perguntas a apresentar aos Deputados dos Grupos Parlamentares no PAOD (período antes da ordem do dia) da sessão plenária. Nesta escola, participaram na elaboração destes documentos os alunos Margarida Gil de Figueiredo Carmona e Lima, Rita Carvalho Morais, Bruno Filipe dos Reis Serra, Heloísa Patrícia Gonçalves Nunes, Margarida Isabel Fernandes Gil Pires e Luís Filipe Gonçalves Pires, que demonstraram muito interesse pelo tema e se propuseram participar nas restantes etapas do projecto.

Existindo um protocolo entre a Assembleia da República e o Ministério da Educação quanto ao seu desenvolvimento, as Direcções Regionais de Educação acompanham o projecto através de coordenadores para tal designados, sendo da responsabilidade da Equipa de Projecto da Assembleia da República a sua coordenação geral, “segundo as orientações definidas pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura”.

Assim, os documentos elaborados pelas escolas foram enviados às respectivas Direcções Regionais de Educação, para apreciação. Com base nos pareceres das DRE, o Júri Nacional – constituído pelos Presidente e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura e pela Coordenadora do Projecto – determinou o número de “deputados” que cada escola elegeria para participar na V Sessão Parlamentar.

As eleições realizadas nas escolas a 28 de Fevereiro e envio da respectiva documentação à AR, até 7 de Março, constituíram a segunda fase. Na Escola Secundária/3 Abade de Baçal, foram eleitas “deputadas”

efectivas a Margarida Gil de Figueiredo Carmona e Lima e a Rita Carvalho Morais e “deputados” suplentes o Bruno Filipe dos Reis Serra e a Heloísa Patrícia Gonçalves Nunes.

Na terceira fase, foram efectuadas reuniões preparatórias pelos diferentes círculos eleitorais (de 7 a 11 de Março e 4 a 19 de Abril), tendo Bragança participado na reunião realizada em Vila Real a 5 de Abril, sob a orientação da Coordenadora do Projecto, Dra. Maria José Silva Santos, e da autora desta iniciativa, Dra. Julieta Sampaio, ex-Deputada do PS, estando também presente uma representante da DREN, Dra. Sameiro. Nesta reunião, a Rita Morais foi eleita Porta-Voz do círculo de Bragança, tendo sido também seleccionada a pergunta a apresentar no PAOD da sessão plenária. O trabalho ali realizado constituiu a preparação para participar na fase final, na Assembleia da República.

Por impedimento de última hora, a Margarida Carmona e Lima não pôde participar na última fase do projecto – a V Sessão Parlamentar, na Assembleia da República –, embora tenha dado um contributo muito valioso em todas as outras fases, tendo sido substituída pelo “deputado” suplente Bruno Serra, que, juntamente com a Rita Morais, tomou parte activa no debate.

A sessão plenária foi encerrada com a presença do presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime da Gama.

A V Sessão Parlamentar “Assembleia na Escola”, transmitida a 3 e 7 de Maio pelo Canal Parlamento, permitiu a muitos jovens a expressão das suas ideias quanto a um tema da maior importância na vida das sociedades, tendo alguns revelado mesmo especiais capacidades para a participação na vida democrática. O debate animado entre os participantes e a qualidade das propostas defendidas demonstraram que os jovens estão conscientes dos problemas com que poderão deparar-se aqueles que se preparam para ingressar no mundo do trabalho e do papel primordial da educação/formação como via de acesso a essa nova etapa das suas vidas, deixando patente que não vão cruzar os braços, mas antes enfrentar os desafios que se lhes colocam com toda a energia que lhes é própria.



“Deputados” e acompanhantes do Círculo de Bragança, depois do árduo dia de trabalho

V SESSÃO PARLAMENTAR

Educação/ Formação – Emprego

Recomendação aprovada na Sessão do dia 2 de Maio de 2005

Os deputados à V Sessão Parlamentar “Assembleia na Escola” recomendam à Assembleia da República a adopção das seguintes medidas:

1. Perspectivar todo o ensino/formação em articulação com o desenvolvimento de competências-chave de vida: literacia na língua materna e, pelo menos, numa segunda língua; matemática para a vida; conhecimento e utilização das TIC; cidadania e empregabilidade, de modo a formar indivíduos mais capazes e mais adaptados à constante evolução tecnológica.
2. Promover, em articulação com as necessidades do mercado e com base numa lógica territorial, a diversificação de percursos formativos no Ensino Secundário através da valorização da orientação vocacional e profissional no terceiro ciclo e no ensino secundário, e do aumento da oferta e valorização social dos Cursos Tecnológicos do Ensino Secundário e dos Cursos Profissionais.
3. Incentivar o envolvimento das escolas, em articulação com os centros de formação, empresas, organizações e órgãos autárquicos, nos programas e projectos de educação e formação ao longo da vida, evitando o abandono escolar e/ou acolhendo aqueles que já abandonaram o sistema de ensino, proporcionando-lhes a aquisição de qualificações e as competências necessárias à sua empregabilidade.
4. Aproveitar os recursos educativos existentes, in-

centivando/apoiando, através de benefícios fiscais e/ou de financiamentos, a criação de empresas que absorvam os recursos humanos existentes e potenciem os seus conhecimentos.

5. Promover a criação de iniciativas empresariais empreendidas pelos recursos humanos qualificados em situação de desemprego, valorizando a capacidade empreendedora e o espírito de risco.
6. Aumentar a percentagem do PIB destinada à Investigação e Desenvolvimento – I&D.
7. Criação do Observatório de Educação/Formação – Emprego, a nível nacional e com delegações regionais (fóruns), cuja função seria esclarecer os jovens sobre as oportunidades profissionais, adequando as vagas do ensino superior às necessidades da sociedade (ou seja, a criação ou encerramento de vagas deveria depender do escoamento que o mercado permitisse).
8. Promoção de cursos de formação contínua para trabalhadores do sector público e do sector privado e para desempregados, por forma a garantir a constante actualização dos seus conhecimentos, evitando a cristalização do seu profissional, tendo em conta a definição do núcleo das competências-chave a que todos os cidadãos devem ter acesso na educação/formação, nomeadamente ao nível do capital cultural, do capital social e do capital humano, podendo as empresas usufruir de incentivos fiscais.

9. Recomendação às autoridades europeias – Conselho Europeu, Parlamento Europeu e Comissão Europeia – do alargamento de programas do tipo Erasmus ao ensino secundário e aos trabalhadores.
10. Redução do número de alunos por turma no ensino básico e secundário
11. Realizar uma reforma do ensino secundário de longo prazo, em que todos os partidos políticos formalizem um acordo de continuidade dessa reforma ao longo de um determinado período de tempo, sem dar prioridade aos interesses existentes, promovendo, nessa reforma, a participação das instituições empresariais e demais entidades que tenham algo a dizer no processo de ensino, de forma a que se acabe com a instabilidade.
12. Que as escolas de ensino regular ofereçam, obrigatoriamente, pelo menos um curso profissional que corresponda às carências formativas dos recursos humanos da área geográfica onde a escola se integra.
13. Apostar no reajustamento dos horários e disciplinas leccionadas, promovendo uma aproximação entre as matérias leccionadas e a realidade do mundo laboral.

(A Recomendação foi assinada pela Presidente da Sessão, Soraia Silva, e entregue ao Senhor Presidente da Assembleia da República.)